

Socialismo ou capitalismo: o que a China tem a nos dizer?

Gabrieli Nascimento Muchalak¹

Lucia Molianni Braga²

Demian Castro³

Igor Zanoni C. C. Leão⁴

Resumo: Entre os autores que reconhecem a importância do Estado e sua capacidade de comando no processo de acumulação de capital na China, incluindo os que percebem seu caminho de desenvolvimento profundamente dissonante com as saídas liberais largamente praticadas por diversos países da América Latina, é possível realizar uma tipologia que abrange duas visões diferentes do processo de transformações que ocorre na China. Uma que aceita e endossa a narrativa dominante do PCCH e que se refere a um “socialismo de mercado com cara chinesa” e a outra, que entende a China atual como sendo um “capitalismo de Estado”. O intuito deste artigo é explorar a possibilidade de que esta clivagem possa ficar aquém do que o processo de desenvolvimento chinês apresenta e propõe. Numa ousada reflexão, é possível imaginar a experiência chinesa como representando um “estágio superior” dos padrões de desenvolvimento conhecidos? Para responder a essa pergunta, propomos reflexões acerca do desenvolvimento do sistema de *welfare*, ponto central para a construção de uma “sociedade harmoniosa”.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Estado. Socialismo. Capitalismo. Welfare State.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR, mestranda no programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: gabidotgabrieli@gmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Econômicas e do grupo PET economia da UFPR. E-mail: luciamoliani@gamil.com

³ Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp com Pós-doutorado pelo mesmo Instituto, professor do curso de Ciências Econômicas da UFPR. E-mail: demian@ufpr.br

⁴ Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp com pós-doutorado em Sociologia pela UFPR, professor no curso de Ciências Econômicas da UFPR. E-mail: igorzaleao@yahoo.com.br

Socialism or capitalism: what does China have to tell us?

Abstract: Among the authors who recognize the importance of the State and its ability to command the process of capital accumulation in China – including those who perceive its development as profoundly dissonant with the liberal policies widely practiced by Latin American countries – it is possible to outline two different views on the Chinese transformations. One accepts and endorses the dominant narrative of CCP and refers to a “market socialism with Chinese characteristics”. The other understands present China in terms of a “State capitalism”. This work aims to explore the possibility that this cleavage falls short of what the Chinese development process presents and proposes. In a bold reflection, is it possible to imagine the Chinese experience as a “higher stage” of the known development patterns? To answer this question, we propose reflections on the development of the welfare system, central point for the construction of a “harmonious society”.

Keywords: Development. State. Socialism. Capitalism. Welfare State.

Socialismo o capitalismo: que es lo que China nos dice?

Resumen: Entre los autores que reconocen la importancia del Estado y su capacidad de comandar el proceso de acumulación de capital en China, incluyendo aquellos que entienden que su camino de desarrollo es profundamente disonante con las salidas liberales practicadas a lo ancho de América Latina, se puede realizar una tipología que abarca dos visiones diferentes del proceso de transformaciones que ocurre en China. Una que acepta y refuerza el discurso dominante del PCCH, que lo nombra como “socialismo de mercado con cara china” y, la otra, que entiende a la China actual como una variante de “capitalismo de Estado”. El objetivo de este artículo es el de cuestionar si este campo no se torna insuficiente para entender lo que el desarrollo chino presenta y propone. Es posible pensar la experiencia china como una etapa superior de los padrones de desarrollo conocidos? Para responder a esta pregunta proponemos reflexiones sobre el desarrollo del sistema de *welfare*, punto central de la construcción de una “sociedade armónica”.

Palabras clave: Desarrollo. Estado. Socialismo. Capitalismo. Welfare State.

Introdução

O confronto das experiências de países que passaram por revoluções socialistas e formaram um forte bloco com o conjunto de países que, sob diversas hegemonias, se agruparam no capitalismo, exterioriza visões sobre a capacidade de um ou outro campo produzirem trajetórias econômicas mais ou menos imunes a ciclos e crises, desenvolverem suas forças produtivas e produzirem graus de bem-estar social. A desintegração da União Soviética e de sua área de influência na Europa Oriental, em tempos de restauração capitalista e financeirização, pareceu abrir um caminho único e inescapável de desenvolvimento. Na América Latina, esse caminho foi apontado pela cartilha do Consenso de Washington, segundo a qual o progresso dependia da capacidade de restabelecer o *animal spirit* liberto do Estado. A praxe do pensamento único resultou em atraso produtivo, aprofundamento das desigualdades sociais, precarização laboral e desemprego.

A experiência chinesa de desenvolvimento socialista, desde 1949, reflete a existência de um tempo histórico paralelo, que o Ocidente reluta em entender. A vertiginosa ascensão deste país, a partir dos anos 1980, é vista como uma capitulação a um capitalismo de Estado. Em contraposição, os dirigentes da República Popular da China (RPC) referem-se a um “socialismo de mercado com cara chinesa”. No âmbito das vantagens para o desenvolvimento das forças produtivas, a ideia de Deng Xiaoping de que “não importa a cor do gato contanto que ele cace o rato” – defendendo o capital e os mercados como molas propulsoras do desenvolvimento – também pode aplicar-se à lógica pragmática do capital estrangeiro que foi atraído pelas reformas e abertura da economia chinesa.

Para além do enorme progresso material e da profunda mudança estrutural da RPC, entende-se que o verdadeiro teste para que a experiência chinesa possa ser considerada socialista passa por sua capacidade de reduzir desigualdades e propiciar uma elevação do nível de vida de toda a população. Em última instância, a construção de um sistema de *welfare* que propicie ascensão social, não apenas assegurando um pacote de proteção mínimo.

A experiência chinesa dos últimos quarenta anos, guiada por um projeto de desenvolvimento nacional, contrasta com a brasileira que, com algumas honrosas exceções, teima em enveredar pelo desaparelhamento estatal e produtivo, requentando a máxima de “menos Estado” e *crowding out*.

Este artigo apresenta uma discussão sobre regime de acumulação, burocracia e bem-estar social na RPC, porém, de forma incipiente porque traduz linhas de pesquisa que os autores estão iniciando e, sobretudo, porque o objeto é um país marcado pela recente transição de regimes de produção e de formas de sociabilidade. Na primeira parte, discute-se o regime de acumulação chinês, o entendimento do Estado e o papel da burocracia. Na segunda parte, apresenta-se o desenvolvimento do *welfare* sob perspectiva histórica e exploram-se possibilidades de construção de um Estado de Bem-Estar na RPC. Na terceira parte, realiza-se um contraponto com a via de desenvolvimento brasileira e, apesar do balanço negativo, reconhece-se que as escolhas chinesas ainda poderão lançar grandes ensinamentos para os países em desenvolvimento. Nas considerações finais são recuperados os principais pontos levantados no artigo e reforça-se a ideia de uma era de transição de final aberto que exige dos países em desenvolvimento o fortalecimento estratégico das relações Sul-Sul.

1 – Regime de produção, Estado e Burocracia na RPC

Não há consenso sobre o regime de produção existente na China. Ruy Fausto, autor experiente no marxismo, define-a peremptoriamente como capitalista (FAUSTO, 2017, p.98 e ss), tendo o capitalismo se implantado com a liquidação do sistema opressivo das comunas populares. Houve uma reforma que liberou a propriedade rural, estimulando a atividade camponesa. Contudo, segundo o autor, a limitação de terras aráveis impedia o desenvolvimento através da agricultura e a indústria era subdesenvolvida, não se podendo falar em grande capital e mesmo em capital nessa fase. Afirma que, em um segundo momento, o

processo de industrialização se fez de modo feroz, por meio de grandes investimentos capitalistas e mediante competição brutal, mesmo sob intervenção do Estado. Como efeito, uma grande massa saiu de um estado de marginalização para outro de baixo rendimento e de superexploração do trabalho, entretanto, tendo sua sobrevivência assegurada. A industrialização, portanto, teria gerado muita pressão para as massas chinesas, e embora atualmente o poder tome algumas medidas de proteção, o capitalismo no país continuaria sendo um dos que mais produz desigualdade. Ainda segundo Ruy Fausto, é preciso lutar por um Estado de Bem-Estar na China, através do desenvolvimento de unidades cooperativas com direção democrática. Nesse processo de transição havia agentes intelectuais, os dissidentes, que eram adversários de uma economia burocrático-totalitária e queriam introduzir uma economia de mercado. O problema era saber que tipo de capitalismo seria instaurado, e o modelo selvagem venceu. Visão parecida pode ser encontrada em David Harvey, segundo o qual Deng Xiaoping foi tão liberal quanto Ronald Reagan e Margareth Thatcher: “A espetacular emergência da China como uma força econômica global pós-1980 foi uma consequência não intencional do rumo liberal no mundo capitalista avançado” (JABBOUR, 2012, p.77).

Num corte a-histórico, pode-se dizer que o regime de acumulação chinês apoia-se sobre um tripé constituído por um setor produtivo estatal, o capital nacional e o capital estrangeiro. Outros autores interpretam a experiência chinesa como um capitalismo de Estado e, sem desconhecer a validade do “tripé”, entendem Estado e burocracia como uma entidade separada da sociedade, sugerindo a existência de um comando econômico e político autonomizado na cidade proibida em *Tiannamen Square*. Não consideram que o Estado, em suas relações com a sociedade, produz alterações nas formas de sociabilidade de mão cruzada, tanto pela “estatização” das relações sociais quanto pela “privatização” das suas conexões internas. Observe-se que o socialismo chinês longe está de ter abolido as relações de propriedade.

Numa linha convergente com a do regime, Jabbour, entre outros autores, defende que a China vive um “socialismo de mercado” ou um “socialismo com características chinesas”. Isso porque o processo de construção socialista no país é caracterizado pela centralidade de uma superestrutura de poder que difere das existentes no centro e periferia do sistema capitalista por concentrar duas ferramentas essenciais para a superação da anarquia da produção: o planejamento e a propriedade dos setores estratégicos, com alto grau de monopólio da economia nacional. Essas características explicam a forma robusta e durável do crescimento chinês, independente e resistente às crises intrínsecas ao sistema capitalista, conforme os desdobramentos da crise financeira de 2008-2009. Atualmente, a China se encontra na etapa primária do socialismo, como afirmam os dirigentes do país. Vejamos o parágrafo:

Se a máxima da política à frente da economia estiver correta, não é demais afirmar que o *socialismo com características chinesas* é expressão deste vertiginoso processo de desenvolvimento, que combina o planejamento da política geral, o controle, por parte do Estado, dos *instrumentos cruciais do processo de acumulação* e a ação microeconômica do mercado com incentivo às iniciativas comerciais locais que têm se tornado, com o passar do tempo, cada vez mais nacionais. Ou seja, a *opção política pelo desenvolvimento* – por meio do diagnóstico de que a China se encontra na *etapa primária do socialismo* e da consequente estratégia arquitetada a partir disso – é um motivo de primeira ordem do sucesso do processo em curso. Trata-se de algo com mais importância em relação a fatores objetivos, como preço de sua mão de obra e a abertura do mercado europeu e do norte-americano aos seus produtos. O processo é mais complexo do que se imagina (JABBOUR, 2012, p. 79).

Se é possível indagar sobre a existência do capitalismo ou do socialismo na China, vale perguntar também sobre a existência de

um sistema de dominação estatal-burocrático no país. Para Isaac Deutscher, a burocracia moderna possui uma força que deriva da fragilidade de uma sociedade dividida entre uma ampla maioria de trabalhadores manuais e uma pequena minoria especializada em trabalho intelectual (DEUTSCHER, 1991, p.280 e ss). Nenhuma nação se emancipou ainda da pobreza intelectual, que está na base da burocracia. Assim, ela existe no capitalismo, no capitalismo do *welfare* e sobrevive na sociedade pós-capitalista. Na verdade, a ascensão da burocracia como grupo social distinto e separado só acontece com o desenvolvimento do capitalismo e se deve a uma variedade de fatores econômicos e políticos, como a economia de mercado, a economia do dinheiro e a contínua divisão do trabalho. A formação da burocracia como grupo distinto foi possibilitada pela universalização da economia monetária, na qual todo empregado do Estado tinha seu salário pago em dinheiro, bem como pela destruição dos particularismos feudais e pela formação de um mercado em escala nacional.

Na tradição marxista sabe-se que, no socialismo, o Estado se torna supérfluo à medida que passa a representar a sociedade como um todo, abolindo as classes sociais: “Com o total desenvolvimento das forças produtivas modernas, com a abundância e a superabundância de bens, não haverá necessidade de manter os homens e o trabalho sob sujeição” (DEUTSCHER, 1991, p.294). Para Marx, há uma distinção entre a administração das coisas e a administração do homem. Em uma sociedade sem supremacia de classe, o papel da burocracia seria reduzido à administração das coisas, do propósito social e do processo produtivo. Não seriam eliminadas todas as funções administrativas, pois seria absurdo em uma sociedade industrial em desenvolvimento, mas elas seriam readequadas para evitar os constrangimentos de classe. Estas ideias encontram-se na análise que Marx e Engels fizeram da Comuna de Paris e foram revividas por Lenin em seus ensinamentos sobre o Estado, o socialismo e a burocracia. Na utopia leninista, a administração deveria ser tão simplificada que um cozinheiro seria capaz de gerenciar os assuntos do Estado. Percebe-se que os representantes maiores do marxismo

talvez tenham subestimado os problemas da burocratização e de um novo regime de dominação / controle /disciplinamento das forças do proletariado, uma vez que analisaram a revolução de forma abstrata e pensaram também abstratamente na sociedade socialista ou pós-capitalista. Mas, não se deve esquecer que Lenin recomendou a adoção do taylorismo para o desenvolvimento das forças produtivas. Os fundadores do marxismo, por outro lado, tomavam a abundância de bens como a pré-condição e a razão de ser da revolução socialista, mas, no correr do século XX, houve revoluções em países com uma produção insuficiente à existência material decente. Em contraponto, o marxismo clássico pensava que a destruição do sistema capitalista não poderia se dar sem a criação de uma máquina estatal própria que exercesse a ditadura do proletariado. Após este último ato independente, o Estado diluir-se-ia gradativamente.

Longe da diluição, o Estado pós-revolucionário originou uma burocracia onipotente e onipresente, que parece independente e acima da sociedade, mas na verdade dela provém e é parte constitutiva do partido comunista: “Longe de se desmanchar, o Estado alcança sua apoteose, que toma a forma de uma quase permanente orgia de violência burocrática contra todas as classes da sociedade” (DEUTSCHER, 1991, p.298). Esta constatação permite indagar sobre as duas fases do comunismo de que fala Marx: a primeira, onde prevalecem desigualdades e rendimentos individuais bastante diferenciados, e a segunda, onde uma economia de riqueza e abundância advinda do pleno desenvolvimento das forças produtivas superaria aquelas diferenças. De qualquer modo, a Rússia do passado não conseguiu dar mais que um primeiro passo na longa estrada da transição ao socialismo. Quanto à RPC, enveredou, segundo seus dirigentes, no rumo da segunda fase do socialismo (no âmbito do conceito científico de desenvolvimento), e hoje é um país pujante no que se refere à criação tecnológica, industrialização acelerada, altas taxas de crescimento do produto, desenvolvimento de um Estado de bem-estar social, entre outras características desejáveis. Entretanto, a RPC ainda é marcada pela enorme presença do Partido Comunista, que controla a maior parte

das atividades sociais e econômicas, inclusive com a participação, em seu seio, de empresários bilionários.

A mudança da base social do Partido, especialmente a partir dos anos 2000 com Jiang Zemin e as reformas das três representações (forças produtivas avançadas, cultura avançada e, o interesse da maioria do povo chinês) traduz o ingresso dos principais atores das “forças produtivas avançadas”, empresários, diretores de empresas multinacionais chinesas, banqueiros, grandes comerciantes, técnicos e intelectuais. Neste cenário, no Partido, se plasmam a esfera pública e a privada; porém, a nova doutrina aponta a necessidade de construir uma sociedade socialista harmoniosa, mediante uma cultura avançada, por sua vez dependente, do atendimento das necessidades da maioria do povo. Mais recentemente, o presidente Xij Jinping, tem reiterado a importância de reduzir as desigualdades e melhorar a proteção social. É possível visualizar uma linha de continuidade entre Deng, que entendeu que a sustentação da revolução requeria aumentar a riqueza disponível para os chineses e, as estratégias a partir dos anos 2000, ligadas às rápidas e profundas mudanças na estrutura social e o fenômeno da desigualdade. As transições socialistas em sua peculiar intensidade, vão colocando novos desafios, Liping Sun importante sociólogo chinês, menciona que os novos grupos de interesse tendem a beneficiar-se da permanência do atual estágio de desenvolvimento e a dificultar as reformas que impulsionam o socialismo.

Em outros termos, a RPC é um país exitoso em muitos aspectos materiais, mas com forte presença da burocracia estatal, partidária e ligada à gestão das forças produtivas, estabelecendo laços de “propriedade” com a riqueza e, frequentemente, acumulando funções empresariais capitalistas. Para refletir sobre o futuro vale citar um parágrafo de Deutscher:

A velha perspectiva marxista da “diluição” do Estado pode nos parecer um tanto excêntrica. Mas não vamos brincar com velhas fórmulas que eram parte de um idioma com o qual não estamos acostumados.

O que Marx queria de fato dizer é que o Estado deveria paulatinamente se despojar de suas funções políticas de opressão. Penso que esse despojamento só será possível numa sociedade baseada em meios de produção nacionalizados, livre de quedas e de crescimentos bruscos, livre de especulações e de especuladores, livre das forças incontroláveis do estapafúrdio mercado da economia privada. Numa sociedade em que todos os milagres da ciência e da tecnologia estejam voltados para o uso pacífico e produtivo; na qual a automatização da indústria não seja de um lado tolhida pelo medo de investir e, de outro, pelo medo da superabundância; na qual as horas de trabalho serão curtas e o lazer, civilizado (completamente diferente do estúpido entretenimento de massa comercializado!) e – por último, mas não menos importante – numa sociedade livre de cultos, dogmas e ortodoxias. Nessa sociedade, o antagonismo entre o trabalho mental e o trabalho manual desaparecerá aos poucos, assim como a divisão entre os organizadores e os organizados. Então, e só então, se verá que, se a burocracia foi um breve prelúdio à sociedade de classes, a burocracia há de marcar o epílogo violento, feroz, à sociedade de classes, nada mais que um epílogo (DEUTSCHER, 1991, p.303-304).

O futuro da China está em aberto e talvez seja o mais promissor na pós-modernidade e o que mais vai ensinar aos países em desenvolvimento, principalmente, a lição de que, onde quer que ocorra este fenômeno, ele é conduzido via de regra por Estados fortes em condições de sustentar estratégias ao longo do tempo.

2 – Desenvolvimento de um *welfare state* na RPC?

O aparato conceitual tradicional encontra também limitação para abordar a experiência chinesa de bem-estar social. Os principais desafios à análise dizem respeito ao centralismo democrático, às transformações demográficas rápidas e de grandes proporções, aos impactos da transição econômica, além dos elementos culturais

derivados do pensamento taoísta, confucionista e maoísta. Nesse contexto, aponta-se para a inadequação das tipologias clássicas, criadas para pensar a Europa, e para a necessidade de identificar um conceito de *welfare* “com características chinesas”.

Nesse sentido, a pesquisa de Susanne Schmidt (2012) é reveladora. Por meio de revisão literária, identificou as variáveis explicativas para a constituição do WS na Europa com o intuito de verificar em que extensão podem ser aplicadas no estudo do aumento dos esforços de *welfare* na RPC, expresso pelos crescentes gastos em moradia, educação, saúde e seguridade social entre 1978 e 2009. Desvela algumas peculiaridades do desenvolvimento do *welfare* chinês. Diferentemente das experiências europeias, a elevação dos gastos estatais com bem-estar ocorreu em um cenário de queda da taxa de desemprego e de redução do número de empregados no setor público (SCHMIDT, 2012, p.20-21). Além disso, enquanto a globalização motivou cortes de gastos com bem-estar nos estados europeus, foi um fator de expansão na RPC (SCHMIDT, 2012, p.22). Outras variáveis presentes no cenário ocidental aplicam-se apenas parcialmente para o caso chinês. Apesar do malogro dos modelos analíticos tradicionais, a autora considera inegável que um sistema de *welfare* tem avançado no país (SCHMIDT, 2012, p.34).

De acordo com Stepan (2008, p.8), para explicar o surgimento e a evolução dos WS, duas abordagens científicas prevalecem: o funcionalismo e o institucionalismo. A primeira desenvolveu-se nas ciências sociais no século XX fortemente influenciada pelas ciências naturais e pelas teorias estruturais. Seus representantes dividiram-se em duas principais correntes. A “lógica do industrialismo” entendia o WS como uma resposta funcional aos problemas sociais gerados com as mudanças estruturais do industrialismo. A “lógica das economias de mercado”, segundo Stepan, interpretava o WS como um meio de corrigir as falhas de mercado que ameaçavam a reprodução humana. Os funcionalistas foram criticados, principalmente, por desconsiderarem fatores políticos, históricos e culturais (STEPAN, 2008, p. 10). Além disso, a globalização, a partir da década de 1990, passou a dificultar a

coordenação de políticas econômicas e sociais, exercendo pressão determinante para a deterioração dos WS europeus. Mostrou-se necessário adicionar essa variável exógena à abordagem.

A segunda escola de pensamento citada por Stepan (2008, p. 11) teve grande influência sobre a comunidade científica nos anos 1880. O Novo Institucionalismo, através de diferentes vertentes, segundo o autor, levantou questões importantes para o estudo do WS, tais quais o papel da cultura e da religião na determinação das políticas sociais ou a influência sobre o presente de decisões de política tomadas no passado (os conceitos de “*path dependence*” e de inércia política). Apesar das críticas, referentes principalmente a questões metodológicas, o institucionalismo permanece dominante no estudo do tema. Seu representante mais citado, Gosta Sping-Andersen (1991) estabelece três matrizes ou padrões de WS, um liberal ou residual (EUA, Canadá e Austrália), outro conservador ou corporativista (Áustria, França, Alemanha e Itália) e, finalmente, os WS socialdemocratas (Escandinávia). Os fatores causantes dos WS e suas diferenças, segundo o autor, são a natureza da mobilização de classe, as estruturas de coalizão política de classe e o legado histórico da institucionalização do regime. Nas conclusões, enfatiza que a vigência ou durabilidade dos WS está vinculada à capacidade diferenciada de colar as classes médias aos trabalhadores menos qualificados (gerando “lealdades” por parte da classe média) sem poupar esforços para ofertar altos níveis de bem-estar. Não descarta a existência de WS em experiências socialistas, citando os países da antiga Europa Oriental. Embora seu foco seja os países capitalistas, reconhece que os fatores produtores desses padrões estatais são gerados numa difusa e complexa fronteira entre as forças capitalistas e socialistas.

A inclusão da perspectiva histórica foi outra contribuição do institucionalismo para o debate. Assim, um resgate histórico, ainda que breve, do desenvolvimento das políticas sociais pode libertar-nos da ótica eurocêntrica para interpretarmos a China com respeito à prática política de sua constituição milenar. Segundo Wong (2008, p.5), a percepção de que a fortuna política dos governantes depende de segurança material garantida à

população remonta ao pensamento político pré-imperial com respaldo na ideologia confucionista. Observa que no império Qing, no século XVIII, o Estado já contava com uma burocracia voltada ao serviço público instrumentalizada para uma estratégia de governo com gastos sociais. Eram gastos consideráveis que incluíam campanhas de combate à fome, educação para meninos pobres, suporte à viúvas indigentes e construção de orfanatos. Na China Imperial o *welfare* estava ligado à estabilidade política de um vasto império agrário, tanto na retórica quanto na prática (WONG, 2008, p.8; HAN & HUANG, 2019, p.392). A ideia confuciana do “bom governante”, ainda que transfigurada, atravessa os tempos. A escritora americana Pearl S. Buck em “A China que eu vi”, em 1970, afirma:

O governo era sempre de preferência pelo “regulamento dos homens” e não pelo “regulamento das leis”, no entanto, o povo dependia inteiramente da benevolência de seu governante. Não havia nenhuma Constituição além da que já foi mencionada aqui anteriormente, o código de ética Confuciana, e tampouco havia nenhuma restrição feita ao Imperador, a não ser a da opinião pública. Os Imperadores chineses eram humanos e conquanto cada uma das novas dinastias fosse bem iniciada com reformas firmes, eles se sucediam progressivamente, tornando-se menos enérgicos e incompetentes, até que o povo não suportasse mais essa situação e como resultado, a dinastia reinante era destituída. Confúcio disse: “Quando existem pessoas adequadas, prossegue-se uma dinastia adequada. Quando elas morrem, aquela termina”. Um dos direitos inalienáveis do povo chinês era o da revolta e por meio desta arma ele podia controlar os governantes até certo ponto. A história chinesa poderia denominar-se a história das vinte e quatro rebeliões. (BUCK, 1970, pp.36 e 37).

Sander et al (2012, p.13) reconhecem três fases de desenvolvimento de política social na RPC. Nas três décadas

compreendidas entre a formação da República Popular, em 1949, até o princípio das reformas liberalizantes levadas a cabo por Deng-Xiaoping, em 1978, a lógica que guiou as políticas sociais chinesas foi a da “tigela de arroz de ferro” para as áreas urbanas, enquanto o bem-estar da população rural estava ligado à propriedade pública da terra e à dinâmica coletiva das comunas. Todos os cidadãos adultos e capazes de trabalhar eram organizados em unidades de trabalho chamadas “*danwei*”, que compreendiam agências, departamentos e empresas estatais (RINGEN & NGOK, 2013, p.6). O emprego era vitalício e as *danwei* encarregavam-se de garantir saúde e pagamento de pensões a seus empregados, ativos e aposentados. O trabalho era, portanto, central para a provisão do bem-estar. Já as famílias rurais eram cobertas pelo Sistema Médico Cooperativo, financiado por fundos coletivos e subsídio governamental (XINGZHU & HUAIJIE, 1992, p.504). A cobertura, no meio rural e urbano, era quase universal. Para os grupos vulneráveis, como pessoas incapacitadas de trabalhar, sem renda ou suporte familiar, o governo fazia pagamentos em dinheiro se fossem urbanos (SANDER et al, 2012, p.16), e se fossem rurais, regulava e apoiava as comunas, ainda que de modo residual, no Sistema de Cinco Garantias, que provia alimentação, vestuário, transporte, serviço funeral e educação (HAN & HUANG, 2019, p.393). Nos anos 1950, foi introduzido o sistema de registro de moradia “*hukou*” que serviu como instrumento de controle migratório, mas acabou vinculando o acesso aos serviços públicos e ao sistema de *welfare* ao local de registro, o que tornou-se um problema à medida em que o desenvolvimento rural distanciava-se cada vez mais do urbano. A clivagem rural-urbana foi se tornando, progressivamente, o maior vão de desigualdade na RPC.

As reformas econômicas impactaram profundamente sobre a estrutura de *welfare* do período comunista e inauguraram a segunda fase das políticas sociais. Os hospitais, bem como as empresas estatais, passaram a seguir uma orientação mercadológica e, com a abertura para a iniciativa privada, os gastos do governo na área declinaram. Em 1991, o pagamento de pensões para empregados das empresas estatais passou a ser financiado por um esquema

tripartite, porém, os trabalhadores do setor privado ficaram desassistidos (SANDER et al, 2012, p.17-18). Os fundos coletivos rurais desapareceram com o colapso das comunas e o Sistema Médico Cooperativo desintegrou-se (XINGZHU & HUAIJIE, 1992, p. 505). A função da terra de sustentar o bem-estar social rural enfraqueceu-se, demandando um maior papel das famílias (HAN & HUANG, 2019, p.396). O cuidado filial, traço cultural visto como obrigação tácita pelo povo chinês, sempre teve papel importante na assistência da população idosa (HAN & HUANG, 219, P.392). Contudo, três fatores tornaram a estrutura familiar disfuncional nesse sentido: o aumento da expectativa de vida, a política do filho único adotada em 1979 (ambos contribuindo para o envelhecimento da população) e o êxodo da população rural jovem em busca de trabalho nos centros urbanos (SANDER et al, 2012, p.18). Quanto ao êxodo, os jovens que conseguiam a mudança de registro *hukou* obtinham acesso ao bens públicos e ao *welfare* oferecido nos grandes centros, contudo, aqueles que não conseguiam passavam a viver uma espécie de clandestinidade, sofrendo a desassistência. O desemprego começou a se tornar um problema após as reformas e o governo respondeu com a criação do seguro-desemprego, em 1986, e de um sistema de reemprego, em 1995, para os trabalhadores demitidos das estatais (SANDER et al, p.19). No entanto, ambas as medidas atendiam apenas aos trabalhadores do setor público. O presidente Deng Xiaoping teria declarado “deixemos que alguns enriqueçam primeiro”, relegando a redistribuição da renda ao efeito “*trickle down*” da economia. Porquanto esse efeito não ocorreu, a preocupação com as desigualdades produzidas ou aprofundadas pelas reformas foi se tornando central na agenda de governos subsequentes.

Foi, portanto, em um cenário em que as desigualdades de renda e de acesso ao *welfare* passaram a ameaçar a estabilidade social que se deu a terceira fase de desenvolvimento de políticas sociais na RPC, com uma mudança estratégica que inicia nos anos 1990 mas fica explícita a partir de 2003 (SANDER et al, 2012, p.19). O foco no crescimento ampliou-se para abarcar questões de desenvolvimento sustentável e igualitário. Segundo os autores,

a partir de 1998, implementou-se um sistema de saúde urbana unificada com contribuição compulsória de trabalhadores e empregadores. Em 2007, um programa de seguro de saúde passou a abranger desempregados, pessoas em regime de trabalho flexível, trabalhadores migrantes e crianças pobres. Gradualmente, o sistema de pensão urbano foi se expandindo de um público restrito, ligado às empresas estatais, para uma abrangência universal. No meio rural, um fundo de saúde financiado parte pelo governo, parte pelos residentes foi estabelecido em 2002. Contudo, o campo permanece com um sistema de pensões fragmentado, altamente privatizado e de baixa cobertura. No que tange à assistência social, desde 1999, um esquema de Padrão Mínimo de Vida financiado pelo Estado e voltado à população urbana em vulnerabilidade tornou-se uma ferramenta importante de combate à pobreza. Em 2006, esse esquema foi estendido para o campo.

A Terceira Sessão Plenária do 16^o Comitê Central, em outubro de 2003, lançou um documento que endossou as idéias de “colocar as pessoas como ponto principal ao estabelecer um conceito de desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável e promover um desenvolvimento econômico, social e humano” (tradução nossa, FEWSMITH, 2004, p.3). Tais idéias definem o que posteriormente foi chamado de “Conceito de Desenvolvimento Científico” e serviriam como meio de alcançar uma “sociedade harmoniosa”, expressão anunciada pelo secretário-geral do PCC, Hu Jintao. Esse novo paradigma engloba questões relativas ao desenvolvimento rural, à mitigação das desigualdades regionais, à ciência e tecnologia e à ecologia (FEWSMITH, 2004, p.2), demonstrando uma superação da racionalidade da eficiência voltada ao mero crescimento econômico.

De acordo com o *China Labour Bulletin* (2016, p.2), a Lei de Seguridade Social, de 2011, determinou que empregados e empregadores contribuam, em diferentes taxas, para fundos de pensão, habitação, seguro-desemprego e seguro médico. Empregadores deveriam contribuir também para os fundos de acidentes do trabalho e de seguro-maternidade. Os benefícios de seguridade social deveriam ser acessados pelos trabalhadores ao

mudarem-se de local de residência, porém, segundo o boletim, dificuldades técnico-burocráticas impedem que isso aconteça e o grupo dos trabalhadores rurais migrantes permanece desamparado. O boletim ressalta que a lei, na prática, não tem sido cumprida pelos empregadores, o que tem provocado greves e protestos. Reporta que, em 2015, um novo plano de pensão buscou equalizar os sistemas público e privado, retirando vantagens garantidas por décadas a funcionários públicos e outros empregados do setor, como subsídios e a isenção de contribuição para professores. O boletim conclui que, depois das reformas liberalizantes, o governo chinês foi gradualmente relegando para o setor privado o financiamento dos fundos de seguridade social aos trabalhadores. No entanto, os governos dos municípios e províncias têm falhado ao fazer cumprir a lei, de modo que ““empregadores frequentemente ignoram suas obrigações legais e continuam seus negócios normalmente, geralmente com conivência oficial”” (tradução nossa, CHINA LABOUR BULLETIN, 2016, p. 13).

Uma explicação para este problema diz respeito à distribuição das responsabilidades entre governo central e unidades subnacionais. De acordo com Mok e Qian (2019, p.101-103), há um regionalismo na distribuição do bem-estar no país relacionado à vontade política e à capacidade fiscal e de implementação de políticas de cada município e província. Calculam que esses níveis administrativos arcam com 70% dos gastos totais do governo e, assim, acabam adaptando suas políticas para atender a objetivos próprios de crescimento econômico e alocação de recursos fiscais para propósitos produtivos. Desse modo, ainda que o governo central anuncie uma mudança paradigmática em busca da “sociedade harmoniosa” e aumente seus gastos nesse sentido, o sistema de bem-estar chinês permanece produtivista, moldado pelas prioridades dos governos subnacionais. Os autores demonstram que os gastos com educação e saúde são maiores quanto melhor for a condição econômica e maior for o setor formal de cada local (MOK & QIAN, 2019, p.111). Em outras palavras, os governos locais, como principais atores na provisão de bem-estar social, seguem a lógica da segunda fase do desenvolvimento

das políticas sociais na China, que premiava os setores e locais mais produtivos, indo na contramão dos objetivos redistributivos anunciados pelo governo central.

Para superar essas dificuldades e trilhar o caminho para o *Welfare State*, inscrito no conceito de Desenvolvimento Científico, a RPC deverá reafirmar sua autoridade e responsabilidade sobre as relações de trabalho. Oficialmente anunciado, o “Sonho Chinês” é de tornar-se uma das nações mais desenvolvidas do mundo até 2049, ano de comemoração do centenário da República Popular. Neste sentido, a experiência superior (enquanto uma formação econômica e social historicamente inédita) de socialismo na RPC poderá apresentar um padrão de WS novo caso consiga produzir políticas que venham a eliminar as contradições geradas pela acentuada diferenciação ocupacional e salarial inerentes à revolução das forças produtivas. A possibilidade de que a RPC apresente ao mundo uma via de desenvolvimento de bem-estar superior depende da superação dos problemas gerados no mundo do trabalho pelos novos padrões industriais.

3 – O que a RPC tem a nos dizer?

Nesta seção, apontamos algumas lições que países em desenvolvimento podem retirar da experiência chinesa. Sua trajetória econômica e social ascendente, em contraste com os países da América Latina, apresenta fortes traços de permanência durante pelo menos quatro décadas. Os fundamentos desse desempenho notável incluem o planejamento e a condução estatal da estratégia de crescimento e transformação mediante financiamento estatal robusto, participação estatal nos ramos mais dinâmicos da indústria e forte investimento estatal em infraestrutura, sem perder de vista que são os chineses os principais destinatários dos resultados econômicos. Nesse sentido, a RPC é a síntese, estágio superior, das experiências asiáticas de desenvolvimento em virtude da profundidade das condições de acumulação de capital decorrentes de sua imensa população e de seu grande e instigante território. Fique claro que seu caráter “sintético” se deve ao fato de que sob

as condições de comando estatal a RPC possui uma dinâmica interna muito profunda que, em última instância, determina o comportamento dos grandes componentes da renda nacional. Sob o socialismo a RPC realizou uma reforma agrária que permitiu a sobrevivência e desenvolvimento digno da população rural e contribuiu para regular a pressão demográfica em direção aos centros urbanos. Ainda hoje a população rural chinesa é superior à população total da América Latina.

Qualquer que seja o veredito para o desenvolvimento chinês, se socialista ou capitalista, diverge dramaticamente da trajetória brasileira, que seguiu à risca os mandamentos do Consenso de Washington e não compreendeu as conexões entre projeto de desenvolvimento nacional, indústria e competição. O Brasil abdicou de agregar valor à riqueza que produz, como ilustram os processos de desindustrialização e reprimarização da economia e, ainda, achou que privatizar e internacionalizar o colocaria num mundo de mercados perfeitos movidos pela mão invisível.

Enquanto a RPC vem incluindo em seus Planos Quinquenais o compromisso com a redução das desigualdades, principalmente através do desenvolvimento de seu sistema de *welfare*, no Brasil vigora desde 2017 a Emenda Constitucional que limita os gastos públicos por vinte anos. Além do retrocesso em políticas sociais e do avanço da precarização do trabalho, as políticas econômicas justificadas por um discurso de necessidade de ajuste fiscal têm ido na contramão da criação de emprego e de renda. À crise econômica brasileira soma-se uma crise política que coloca em cheque a democracia representativa e evidencia a fragilidade das instituições.

Embora a RPC seja criticada por não se configurar como uma democracia, pelo menos no sentido que essa palavra tem no Ocidente, o Exército do Povo e o Partido Comunista Chinês têm moral junto à sociedade devido a uma história de lutas ao lado dos camponeses e do povo, ajudando na identificação de problemas e agindo na sua solução. Não se trata de associar mecanicamente o exercício do poder à corrupção -como gostam de afirmar os liberais ocidentais- mas, pelo contrário, focalizar como se

produzem as conexões entre os dirigentes e a sociedade e entender suas metamorfoses ao longo do tempo. Entende-se, portanto, que a longevidade do regime está relacionada à capacidade de reinventar essas relações conforme avançam o desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades sociais.

Ao pensar o Brasil, novamente nos assaltam os contrastes. A falta de condução de um projeto nacional coabita com um corpo estatal patrimonialista, fragmentado em grupos de interesse e parentesco, deixando as massas trabalhadoras à mercê da desigualdade e da injustiça produzidas por um regime capitalista rentista e internacionalmente submisso. Atualmente, isto se constata no realinhamento com os Estados Unidos do “nacionalista” Trump e, simultaneamente, numa política de afastamento do campo inovador de negociação e cooperação Sul-Sul, no âmbito do BRICS. Seguido por outros países da América do Sul, o Brasil parece desconhecer as possibilidades que se abrem através do que se convencionou chamar de “mundo pós ocidental”, com potências emergentes e novas iniciativas diplomáticas, descontinuando assim, o que parecia ser um caminho, na década passada, com grande impacto regional, em que o Brasil parecia alcançar protagonismo internacional.

Enquanto isso, a RPC avança em projetos supranacionais e intenso ativismo diplomático, tendo anunciado, em 2017, um extenso plano de investimentos que envolve 65 países. O *One Belt One Road* compreende um conjunto de obras a ser implementado nos próximos 40 anos, de portos e ferrovias, a gasodutos e centros de distribuição. Se concretizado, contribuirá para reduzir as desigualdades regionais internas e ampliar a integração do território, além de impulsionar as exportações e internacionalizar o *renmimbi*. Independente da efetivação futura dos planos anunciados nos discursos e endossados na redação dos Planos Quinquenais, a RPC deve ser tomada como modelo para o Brasil no sentido da recentralização do Estado como planejador, condutor e financiador do desenvolvimento econômico, seguindo um projeto genuíno e não mera repetição ou cópia do que vem de fora.

Considerações finais

Sem a pretensão de esgotar a análise dos temas propostos, este artigo vislumbrou o regime de produção, a burocracia, o sistema de bem-estar e o planejamento econômico na RPC. Para além das insuficiências, é preciso dizer que, para os autores, a República Popular da China hoje atualiza o que parecia enterrado quando da queda do muro de Berlim. O socialismo enquanto alternativa civilizatória renasce, numa era em que as guerras militares e comerciais indicam a decadência das instituições supranacionais do pós guerra e sua diplomacia, em que o limbo e condenação dos imigrantes vindos de regiões e países da periferia mundializada à força tensiona sistemas de proteção social já abalados por mudanças tecnológicas, em que o desemprego, a informalidade e a submissão financeira perpassam as relações capitalistas.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas e a espetacular urbanização, como em outras experiências de desenvolvimento, desatou uma espiral de desigualdade na RPC. Os dirigentes chineses sabem que o aprofundamento destas tendências pode debilitar a longevidade do regime e, se isto ocorrer, de nada terá servido a forte ascendência estatal na acumulação de capital, os planos de crédito, o sistema *hukou* e outras especificidades da “cara chinesa”. No âmbito de uma trajetória socialista (em sua fase primária), nos últimos quarenta anos a RPC enveredou pela construção de uma impressionante sociedade salarial. Esta dimensão, talvez superando a harmonia confucionista e a centralidade da instituição familiar, coloca para o Estado a tarefa de articular os ciclos de vida dos indivíduos da sociedade na construção de um sistema chinês de seguridade social. Sob a ótica do socialismo enquanto um modo de produção superior, a RPC não poderá se contentar com a oferta de um pacote mínimo ou corporativo de proteção social, terá que induzir ativamente a ascensão social e, assim, solidarizar os vários mundos do trabalho. São desafios relativos à superação das artimanhas do capital e, não menos importante, a tornar menos importantes os controles políticos e burocráticos sobre a sociedade: está em jogo (sempre) o reino da liberdade.

Não é consensual o que o Brasil aprendeu da experiência histórica da humanidade, menos ainda do novo parceiro chinês. Mas a esperança de que, em algum momento, o país ingresse num ponto de inflexão, e passe a acreditar num projeto de desenvolvimento com “cara brasileira”, não deve capitular diante dos oportunistas do pensamento único.

Referências

CHINA LABOUR BULLETIN (Hong Kong) (Org.). **China's social security system**. 2016. Disponível em: <<http://www.clb.org.hk>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

DEUTSCHER, I. **Marxismo, guerras e revoluções**: ensaios de quatro décadas. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. São Paulo: Lua Nova n. 29, Setembro 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. Público, Privado, Solidaridades Intermédias. In: PENNACCHI, L. **Las Razones de la Equidad**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1999.

FAUSTO, R. **Caminhos da Esquerda**: elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FEWSMITH, J. Promoting the Scientific Development Concept. **China Leadership Monitor**, Standford, v. 11, p.1-10, 30 jul.

JABBOUR, E. **China Hoje**: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.

LIPING SUN. **Hacia donde v ala sociologia china?** Diálogo Global 2.4 Newsletter. Asociación Internacional de Sociología. ISA. Volúmen 2 Número 4. Mayo 2012.

NOGUEIRA, I. **Estado e Capital em uma China com Classes**. Texto para discussão 029 IE – UFRJ, RJ, 2017.

RINALDI, A. Tempos, Servicios y Redistribución de las Oportunidades. In: PENNACCHI, L. **Las Razones de la Equidad**. Editorial Losada, Buenos Aires, 1999.

SCHMIDT, S. **China - A Welfare State?:** The Development of the Welfare Effort in a multi-dimensional Context. 2012. 47 f. TCC (Graduação) – Curso de Public Administration – European Studies, Faculty Of Management And Governance, University Of Twente, Enschede, 2012.

STEPAN, M. **The development of the Chinese Welfare State and the prospects of EU Policy Diffusion**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de International Public Management And Public Policy, Department Of Public Administration, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, 2008.

WONG, R.. Historical Lessons About Contemporary Social Welfare: Chinese Puzzles and Global Challenges. **Brooks World Poverty Institute Working Paper**, University Of Manchester, v. 58, p.1-17, nov. 2008.

MOK, Ka Ho; QIAN, Jiwei. A new welfare regime in the making? Paternalistic welfare pragmatism in China. **Journal Of European Social Policy**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.100-114, 26 abr. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0958928718767603>.

HAN, Yangdi; HUANG, Jin. Evolution of social welfare in rural China: A developmental approach. **International Social Work**, [s.l.], v. 62, n. 1, p.390-404, 13 set. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0020872817731140>.

RINGEN, Stein; NGOK, Kinglun. What Kind of Welfare State is Emerging in China? [Working Paper No 2]. **United Nations Research Institute for Social Development**, Geneva, Suíça.

SANDER, Anne; SCHMITT, Christopher; KUHNLE, Stein. Towards A Chinese Welfare State? Tagging The Concept Of Social Security In China. **The Perspective Of The World Review**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.9-35, ago. 2012.

XINGZHU, Liu; HUAIJIE, Cao. China's Cooperative Medical System: Its Historical Transformations and the Trend of Development. **Journal Of Public Health Policy**, [s.l.], v. 13, n. 4, p.501-511, jun. 1992.